



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

<http://www.cecs.uminho.pt>

Media, etnocentrismo e estereótipos sociais*

Rosa Cabecinhas

Professora Auxiliar

cabecinhas@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

*CABECINHAS, R. (2002) Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século*. Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação. Lisboa: Vega (pp. 407-418).

Resumo

Nesta comunicação analisamos o papel dos *media* na construção dos estereótipos sociais, nomeadamente, dos estereótipos referentes a grupos étnicos. Apresentamos os resultados de uma experiência sobre o processamento de informação social que se desenrolou em duas fases. Na primeira fase os participantes foram confrontados com hipotéticas notícias de jornal que deveriam analisar. Na segunda fase (dois dias depois) foi-lhes pedido para reproduzirem a notícia que leram o mais fielmente possível. As notícias apresentadas descreviam acontecimentos positivos ou negativos associados a um protagonista cujo grupo étnico diferia de versão para versão. Nesta comunicação analisamos o tipo de erros cometidos pelos participantes na reconstrução das mensagens e discutimos a importância de uma educação crítica face aos *media*.

Introdução

Diversos autores têm salientado o papel dos *media* na construção, manutenção e mudança dos estereótipos sociais, nomeadamente, os referentes a grupos étnicos (e.g., Dines e Humez, 1995; Wilson e Gutierrez, 1995). Neste artigo, após uma breve introdução sobre o estudo dos estereótipos em psicologia social, iremos apresentar os resultados de uma investigação experimental sobre percepção de grupos étnicos.

O conceito de estereótipo surge pela primeira vez nas ciências sociais numa obra de Lippmann (1992) sobre a formação da opinião pública. Lippmann define os estereótipos como imagens mentais sobre a realidade que se interpõem, sob a forma de enviesamento, entre o indivíduo e a realidade. Segundo o autor, os estereótipos formavam-se a partir do sistema de valores do indivíduo e tinham como função a organização e estruturação da realidade, de outra forma demasiado complexa para ser assimilada. Os meios de comunicação social, nomeadamente a imprensa, teriam elevada responsabilidade na formação dos estereótipos devido à maneira simplista e enviesada como determinadas minorias étnicas eram descritas.

Os estereótipos seriam generalizações abusivas, irracionais e perigosas. A sua mudança seria difícil, exigindo uma longa educação crítica. Os estereótipos negativos sobre determinadas minorias étnicas justificariam os comportamentos discriminatórios em relação as mesmas, contribuindo para a manutenção do *statu quo*.

Katz e Braly (1933; 1935) realizaram os primeiros estudos empíricos sobre os estereótipos. O objectivo dos autores era obter uma medida psicológica eficaz dos preconceitos raciais, numa época caracterizada por um grande fluxo migratório de grupos de origem europeia e asiática para os Estados Unidos da América.

Katz e Braly construíram uma lista de 84 traços, seleccionados a partir da imprensa e da literatura da época e/ou fornecidos por 25 estudantes da Universidade de Princeton nas descrições de dez grupos: alemães, americanos, chineses, ingleses, irlandeses, italianos, japoneses, judeus, negros, e turcos. Esta lista foi apresentada a 100 outros estudantes que dela deveriam seleccionar os traços mais típicos de cada um dos dez grupos étnicos referidos. Os autores analisaram o consenso dos estereótipos através do menor número de traços atribuídos a um grupo étnico pela maior percentagem de participantes. Não surpreendentemente para a época, os americanos foram considerados empreendedores, inteligentes, materialistas, ambiciosos e progressistas, enquanto os negros foram considerados supersticiosos, preguiçosos, despreocupados, ignorantes e musicais. Assim, ao grupo dos negros foram atribuídos traços que contrariavam os valores dominantes da sociedade americana, e que justificavam a sua exclusão social.

Em consonância com a perspectiva de Lippmann (1922), Katz e Braly (1933; 1935) consideram os estereótipos como um fenómeno sociocultural, relacionado com as atitudes e o preconceito face às minorias étnicas.

Algumas dessas noções dominaram durante anos a perspectiva da psicologia social sobre os estereótipos: algo negativo, irracional, típico de pessoas ignorantes ou de personalidades autoritárias (e.g., Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford, 1951).

Com o desenvolvimento da psicologia cognitiva (Bruner, 1957), os estereótipos passaram a ser considerados como algo inevitável, resultante da nossa capacidade limitada de processar a informação envolvente. A “nova vaga” no estudo da percepção social parte do pressuposto de que não existe uma mecânica racional nos processos perceptivos, isto é, não existe uma percepção correcta vs. incorrecta. Os erros e enviesamentos tornam-se parte integrante do processo, que é visto como uma construção social.

Segundo a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1972), os estereótipos tem importantes funções cognitivas e sociais: ajudar o indivíduo a organizar e simplificar a informação social, isto é, ajudar na estruturação cognitiva do seu meio; servir como guia

para a acção em circunstâncias apropriadas; proteger o sistema de valores do indivíduo; justificar as acções cometidas ou previstas contra determinado grupo; proporcionar uma diferenciação positiva do grupo de pertença, o que contribui para uma identidade social positiva e para o aumento da auto-estima.

Resumindo, se por um lado, os estereótipos são instrumentos que ajudam o indivíduo na simplificação, organização e previsão de um mundo de outro modo excessivamente complexo, por outro, os estereótipos podem ter consequências nefastas a nível das relações intergrupais.

As primeiras pesquisas sobre estereótipos focalizaram-se no seu *conteúdo*, sendo estes conceptualizadas em termos de traços prototípicos de um dado grupo (Katz e Braly, 1933; Gilbert, 1951). Posteriormente, com o desenvolvimento da psicologia cognitiva, os investigadores começaram a debruçar-se sobre os *processos* em detrimento dos conteúdos (e.g., Hamilton, 1979; Snyder, 1981), tendo em conta não só a *tendência central percebida* de um grupo, mas também a *variabilidade grupal percebida*, isto é, o grau em que os indivíduos julgam o grupo como relativamente heterogéneo ou homogéneo.

Neste trabalho debruçamo-nos precisamente sobre a percepção da variabilidade grupal, mais precisamente sobre o *efeito de homogeneidade do grupo dos outros*, ao seja, a tendência para perceber o grupo dos outros como mais homogéneo do que o grupo de pertença, o que é representado pela expressão: “eles são todos iguais, mas nós não” (Quattrone e Jones, 1980, p. 142).

A primeira explicação do efeito de homogeneidade do grupo dos outros foi baseada na familiaridade diferencial (e.g., Taylor *et al.*, 1978): a maior familiaridade com o grupo de pertença conduziria a um maior conhecimento deste, o que por seu turno, levaria a maior variabilidade percebida deste grupo face ao grupo dos outros. No entanto, diversos estudos apontam para o facto de não existir uma relação linear entre a percepção da variabilidade e a frequência dos contactos e/ou o número de membros conhecidos nos grupos considerados (e.g., Judd e Park, 1988; Park e Rothbart, 1982; Quattrone, 1986; Quattrone e Jones, 1980).

Na opinião de Quattrone (1986), um factor que pode explicar o efeito de homogeneidade do grupo dos outros apesar dos numerosos contactos é que os contactos intergrupais tendem a ocorrer numa gama restrita de situações - enviesamento da amostra situacional - e que estas situações implicam papéis mais ou menos rígidos aos indivíduos.

Contudo, o enviesamento pode não estar na amostra mas na informação que dela é retirada (e.g., o sujeito pode prestar mais atenção à "raça" do que à profissão de um membro do grupo dos outros, embora considere a profissão para avaliar um membro do seu próprio grupo). Neste sentido, Park e Rothbart (1982) propõem uma explicação alternativa para o efeito de homogeneidade do grupo dos outros: “as categorias usadas para codificar o comportamento do grupo dos outros são supraordenadas, gerais e indiferenciadas, enquanto que as categorias usadas para codificar o comportamento do grupo de pertença incluem também aspectos mais subordinados e diferenciados” (p.1064).

Para testar esta hipótese, Park e Rothbart (1982, Exp.4) realizaram uma experiência em que os participantes, estudantes do sexo masculino e feminino, receberam informação idêntica (um pequeno episódio) acerca de um indivíduo (homem ou mulher). Os resultados demonstraram que os participantes recordam melhor os atributos subordinados (e.g., profissão) de um membro do grupo de pertença do que de um membro do grupo dos outros. Já que a exposição à informação acerca do grupo de pertença e do grupo dos outros foi equivalente, a informação diferencial, por si só, não constitui explicação suficiente para o efeito de homogeneidade do grupo dos outros. Na opinião dos autores, a aprendizagem diferencial para as características dos membros do grupo de pertença e do grupo dos outros pode constituir uma fonte poderosa de erro na formação de impressões sobre os membros do grupo dos outros.

Rothbart (1981) considera que, dentro de certos limites, as estruturas existentes tornam-se auto-perpetuadoras, isto é, a falha em codificar ou apreender os atributos subordinados dos membros do grupo dos outros perpetua a visão do grupo dos outros como relativamente homogéneo e indiferenciado.

Uma outra explicação para o efeito de homogeneidade do grupo dos outros, referida por Quattrone (1986), é a insensibilidade dos indivíduos aos dados infirmatórios: os dados infirmatórios parecem ser ignorados, o que preserva a percepção da homogeneidade do grupo dos outros. Com efeito, é amplamente reconhecido que os

estereótipos acerca de um grupo são bastante resistentes à mudança, mesmo em presença de evidência desconfirmatória (e.g., Hamilton, 1979; Snyder, 1981). Um caso frequente consiste em considerar o actor cujo comportamento desacredita as nossas crenças como uma excepção à regra (Hewstone e Brown, 1988; Quattrone, 1986).

Numerosos estudos demonstram como os estereótipos podem ser mantidos através da natureza auto-realizadora da sua influência na interacção social (e.g., Hamilton, 1979; Snyder, 1981). Os estereótipos influenciam, de várias formas, o processamento da informação acerca dos membros de um dado grupo social (e.g., focar a atenção num aspecto particular do comportamento dos indivíduos, tornando esse aspecto mais saliente; interpretar certos comportamentos ambíguos como consonantes com o estereótipo; recuperar selectivamente a informação armazenada na memória).

Para além da influência no processamento da informação *per se*, os estereótipos podem levar o observador a ir além da informação disponível e a preencher as lacunas na informação que recebeu. Diversos estudos demonstram que os participantes "vêm" o que é congruente com o estereótipo e "não vêm" o que é incongruente. No entanto, a informação incongruente com o estereótipo nem sempre é ignorada: em certas condições, a informação fortemente incongruente com as expectativas pode aumentar a sua saliência e assim o seu impacto, resultando numa mudança da estrutura cognitiva (Hamilton, 1979).

Assim, a percepção da homogeneidade do grupo dos outros parece ser um dos factores que contribui para a formação dos estereótipos, e estes, por sua vez, parecem contribuir para a manutenção da percepção da homogeneidade do grupo dos outros, através da sua influência ao nível da selecção e do processamento da informação.

Objectivos da pesquisa

1. Um dos objectivos deste trabalho foi verificar se efeito de homogeneidade do grupo dos outros se manifesta de forma simétrica ou se, pelo contrário, o estatuto dos grupos em presença constitui um factor moderador da percepção da variabilidade grupal, conduzindo a enviesamentos assimétricos conforme a pertença ao grupo "dominante" ou ao grupo "dominado".

A maior parte da pesquisa sobre a variabilidade grupal percebida tem evidenciado repetidamente o efeito de homogeneidade do grupo dos outros. Contudo alguns autores

(e.g., Deschamps, 1982; Lorenzi-Cioldi, 1998) têm demonstrado que determinados grupos são concensualmente percebidos como mais homogêneos do que outros.

Lorenzi-Cioldi (1998) considera que o estatuto dos grupos em presença constitui um factor moderador da percepção da variabilidade dos grupos sociais: os grupos dominantes enfatizam a distintividade individual e a diferenciação interpessoal, enquanto que os grupos dominados salientam a indiferenciação dos seus membros, definem-se e são definidos pelos outros em termos de características holísticas que distinguem o seu grupo dos outros grupos. Assim, embora na maior parte dos casos o grupo dos outros seja percebido como mais homogêneo do que o grupo de pertença, nalgumas condições os indivíduos homogenizam mais o grupo de pertença do que o grupo dos outros: os grupos dominados.

2. Outro dos nossos objectivos foi verificar se o efeito de homogeneidade do grupo dos outros é modelado pelo fenómeno do etnocentrismo ou favoritismo pelo grupo de pertença - a tendência para favorecer o grupo de pertença relativamente ao grupo dos outros (e.g., Brewer, 1979; Tajfel e Turner, 1979) - ou se se trata de fenómenos independentes.

Diversos autores têm estudado a relação entre o favoritismo pelo grupo de pertença e o efeito de homogeneidade do grupo dos outros. No entanto, se há dados que apontam para uma interdependência entre estes dois fenómenos (e.g., Simon, 1992a), outros apontam para uma independência (e.g., Krueger, 1992; Park e Rothbart, 1982).

A experiência que realizámos consistiu numa adaptação do procedimento experimental de Park e Rothbart (1982, Exp. 4), tendo em conta o critério de categorização racial: branco/negro.

Esta experiência desenrola-se em duas fases. Na primeira fase é apresentado a cada participante um pequeno episódio que corresponde, supostamente, a uma notícia de jornal. O episódio relata um comportamento socialmente desejável ou indesejável associado a um protagonista cujo grupo étnico (branco/negro) difere de versão para versão. Cada notícia fornece uma série de informações sobre o protagonista do episódio (nome, "raça", sexo, idade, profissão, residência). A tarefa dos participantes consiste em analisar a notícia tendo em conta diversos critérios.

Na segunda fase (dois dias mais tarde), é pedido a cada participante para reproduzir a notícia do jornal tão fielmente quanto possível (*recordação livre*), após o que se pede para recordar apenas os atributos do protagonista do episódio: o nome, a "raça", o sexo, a idade, a profissão e a residência (*recordação indiciada*).

Hipóteses

1. De acordo com Park e Rothbart (1982), podemos avaliar o efeito de homogeneidade do grupo dos outros através da memória diferencial para os atributos subordinados dos membros do grupo de pertença e dos membros do grupo dos outros. Utilizando o procedimento experimental atrás descrito, os autores demonstraram que os participantes, estudantes do sexo masculino e feminino, tendo recebido informação idêntica sobre um protagonista (homem ou mulher), recordam melhor os seus atributos subordinados (e.g., profissão) quando este é membro do grupo de pertença do que quando é membro do grupo dos outros. Park e Rothbart (1982) verificaram esta hipótese apenas relativamente à categorização sexual. Neste estudo vamos tentar generalizar a mesma hipótese à categorização racial. Assim, formulamos a seguinte hipótese: espera-se que os participantes recordem um maior número de atributos subordinados em relação a um protagonista (pessoa-alvo) do grupo de pertença do que em relação a um protagonista do grupo dos outros.

2. Como já referimos, Lorenzi-Cioldi (1998) considera que o estatuto dos grupos em presença constitui um factor moderador da percepção da variabilidade dos grupos sociais: os grupos dominantes enfatizam a distintividade individual e a diferenciação interpessoal, enquanto que os grupos dominados salientam a indiferenciação dos seus membros. Neste sentido, pode esperar-se que os membros do grupo dominante manifestem o efeito de homogeneidade do grupo dos outros de forma mais intensa que os membros do grupo dominado.

Embora Park e Rothbart (1982) não tenham explorado a hipótese da assimetria do efeito de homogeneidade do grupo dos outros tendo em conta o estatuto dos grupos em presença, este paradigma experimental permite tal exploração. Assim, formulamos a seguinte hipótese: espera-se que os participantes do grupo dominante (brancos) recordem um menor número de atributos subordinados de um protagonista do grupo dos outros do que os participantes do grupo dominado (negros), isto é, espera-se que o efeito

de homogeneidade do grupo dos outros seja mais pronunciado no grupo dominante do que no grupo dominado.

3. Este procedimento experimental permite-nos ainda explorar a relação entre o efeito de homogeneidade do grupo dos outros e o favoritismo pelo grupo de pertença, sobre a qual, não há acordo entre os investigadores.

Na opinião de Simon (1992), existe evidência empírica para considerar o favoritismo pelo grupo de pertença como uma consequência do efeito de homogeneidade do grupo dos outros. Em contrapartida, Krueger (1992) considera estes fenómenos independentes. Os resultados obtidos por Park e Rothbart (1982) apontam para uma independência do efeito de homogeneidade do grupo dos outros face ao favoritismo pelo grupo de pertença. Assim, formulamos a seguinte hipótese: espera-se que o efeito de homogeneidade do grupo dos outros não seja afectado pela desejabilidade social do comportamento, isto é, espera-se que este enviesamento se manifeste de igual modo em ambas as condições experimentais (favorável/desfavorável).

Método

Como já referimos, neste estudo utilizámos uma adaptação do procedimento experimental de Park e Rothbart (1982, Exp. 4), tendo em conta o critério de categorização racial: branco/negro.

As variáveis independentes com que pretendíamos trabalhar eram as seguintes: o grupo étnico do participante (branco vs. negro); o grupo étnico do pessoa-alvo (branco vs. negro); e a desejabilidade social do comportamento (favorável vs. desfavorável). Estas variáveis definem o seguinte plano factorial: 2 (grupo étnico do participante: branco/negro) x 2 (grupo étnico do protagonista: branco/negro) x 2 (desejabilidade social do comportamento: favorável/desfavorável).

Infelizmente, o número de estudantes negros que participou nesta experiência foi muito reduzido ($n=9$), pelo que os seus dados foram excluídos, inviabilizando assim uma das variáveis independentes previstas: o grupo étnico do participante. Assim, em vez do plano factorial previsto, trabalhamos com o seguinte: 2 (grupo étnico do protagonista: branco/negro) x 2 (desejabilidade social do comportamento: favorável/desfavorável).

As variáveis dependentes foram as seguintes: o nível de recordação dos atributos do protagonista (“raça”, sexo, nome, idade, profissão e residência); e a identificação com o grupo de pertença.

Participantes

Participaram neste estudo 78 estudantes universitários do mesmo grupo étnico (brancos), todos do sexo masculino (média etária=20.936 e desvio-padrão=2.848). Os participantes foram distribuídos aleatoriamente pelas quatro condições experimentais².

². Foram excluídos do tratamento de dados, para além dos 9 estudantes negros, todos os participantes do sexo feminino que participaram nesta experiência, para manter a variável sexo constante. Deste estudo, foram ainda eliminados todos os participantes com dupla-nacionalidade, portuguesa e outra, e os participantes portugueses com naturalidade africana.

Tabela 1 - Distribuição dos participantes por condição experimental.

Condições experimentais				
1	2	3	4	
Branco	Branco	Negro	Negro	Total
Favorável	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	
20	18	22	18	78

Procedimento

O procedimento foi semelhante ao de Park e Rothbart (1982, Exp.4). Os participantes foram testados colectivamente, em sala de aula, tendo a experiência decorrido em dois dias.

No primeiro dia, os participantes foram convidados a participar numa experiência sobre os *mass media*, mais precisamente, sobre a forma como as pessoas processam a informação contida nas notícias dos jornais. A experimentadora referia que a participação dos estudantes era voluntária e as suas respostas confidenciais. Seguidamente, eram dadas as seguintes instruções: "Vocês vão receber uma notícia retirada de um jornal diário nacional. Peço-vos para não discutirem a vossa notícia com os colegas, pois as notícias são diferentes. A vossa tarefa será ler a notícia e julgá-la num certo número de aspectos (por exemplo, a clareza com que os acontecimentos são descritos, a qualidade da escrita, etc.). Peço-vos que leiam a notícia cuidadosamente e, seguidamente, preencham o questionário que vos vai ser distribuído".

Nesta altura, os participantes recebiam uma de quatro notícias diferentes. Com efeito, foram elaboradas duas notícias-base, uma relatando um comportamento socialmente favorável (salvar uma criança num incêndio) e outra relatando um comportamento socialmente desfavorável (maltratar uma criança). A partir destas duas notícias originais, foram elaboradas duas versões para cada uma delas, diferindo apenas no grupo étnico do protagonista do episódio relatado na notícia. Assim, as notícias eram

exactamente as mesmas, mas conforme as condições experimentais era acrescentado à notícia "indivíduo de raça branca" (condições experimentais 1 e 2) ou "indivíduo de raça negra" (condições experimentais 3 e 4)³.

O questionário a que os participantes responderam no primeiro dia foi um *questionário-placebo*, cujos resultados não são relevantes para testar as nossas hipóteses. No primeiro dia, era ainda pedido aos participantes para inventarem um número de código (com duas letras e dois algarismos) que deveriam memorizar até à realização da segunda parte da experiência, para ser possível identificar qual a notícia lida por cada participante.

Dois dias depois era realizada a segunda parte da experiência. Os participantes recebiam uma folha em branco e era-lhes pedido para recordar e reproduzir a notícia do jornal tão fielmente quanto possível (tarefa de *recordação livre*).

Após aproximadamente cinco minutos, quando todos os participantes tinham completado a tarefa de recordação livre, era-lhes pedido para voltar a folha de papel e recordar apenas as seguintes informações sobre o protagonista da notícia: o sexo, a profissão, o nome, a idade, a residência e a "raça" (tarefa de *recordação indiciada*).

Terminada esta tarefa, era pedido aos participantes para colocarem no fundo da página o seu número de código. Os participantes preenchiam ainda uma escala de identificação⁴. No final, a experimentadora dava uma breve explicação sobre os objectivos do estudo, respondia a eventuais questões dos participantes e agradecia a sua participação.

³ . Curiosamente, os participantes na experiência, estudantes de Comunicação Social, manifestaram estranheza quando a notícia referia "indivíduo de raça branca", fazendo imensas perguntas sobre a origem da mesma, enquanto que não fizeram qualquer comentário quando a notícia referia "indivíduo de raça negra".

⁴ Na escala de identificação os participantes deveriam indicar a importância atribuída à pertença a diversos grupos (portugueses, angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses), usando a seguinte escala: 1 = "não pertenço a este grupo"; 2 = "Pertença a este grupo, mas isso não tem qualquer importância para mim"; 3 = "Pertença a este grupo, e isso é importante para mim"; 4 = "Pertença a este grupo, e isso é importantíssimo para mim". Infelizmente, o reduzido número de estudantes negros não nos permitiu efectuar análises comparativas quanto ao grau de identificação com o grupo de pertença e analisar a sua eventual influência no nível de recordação da informação.

Resultados

Park e Rothbart (1982) codificaram os dados dos participantes para a tarefa de recordação livre e para a tarefa de recordação indiciada, sendo as percentagens de recordação superiores nesta última. Neste caso, apenas apresentamos os dados referentes à tarefa de recordação indiciada.

No que respeita aos atributos subordinados do protagonista, Park e Rothbart (1982) apenas trataram a informação relativa à profissão, negligenciando os dados relativos aos restantes atributos subordinados (nome, idade e residência). Neste caso, decidimos calcular um índice total para os atributos subordinados (índice Total = (nome + idade + profissão + residência)/4).

Os atributos supraordenados e subordinados

Como referimos aquando da fundamentação das nossas hipóteses, segundo Park e Rothbart (1982), as categorias usadas para codificar o comportamento dos membros do grupo dos outros são supraordenadas (e.g., "raça", sexo), gerais e indiferenciadas, enquanto as categorias usadas para os membros do grupo de pertença incluem também categorias mais subordinadas e diferenciadas (e.g., profissão). Assim, enquanto o nível de recordação dos atributos supraordenados não deveria diferir conforme o grupo de pertença do protagonista, o nível de recordação dos atributos subordinados seria superior quando o protagonista fosse um membro do grupo de pertença do participante (Hipótese 1).

Tabela 2 - Percentagens de recordação dos atributos do protagonista.

Protagonista	Atributos do protagonista					
	“raça”	sexo	nome	idade	profissão	residência
Branco (38)	34 89.5%	38 100%	20 52.6%	15 39.5%	27 71.1%	10 26.3%
Negro (40)	38 95.0%	40 100%	17 42.5%	18 45.0%	20 50.0%	8 20.0%
Total (78)	72 92.3%	78 100%	37 47.4%	33 42.3%	47 60.3%	18 23.1%

Como se pode verificar na Tabela 2, as percentagens de recordação do sexo e da "raça" do protagonista foram idênticas para o grupo de pertença (branco) e para o grupo dos outros (negro), sendo a percentagem de recordação, no total da amostra, de 100% para o sexo e de 92,3% para a "raça".

Já a percentagem de participantes que recordam correctamente os atributos subordinados do protagonista (nome, idade, profissão e residência) é bem mais baixa, sendo a percentagem de participantes que recordam a profissão superior (60.3%) à percentagem dos restantes atributos, tal como em Park e Rothbart (1982).

Estes resultados apontam para a elevada saliência das categorizações sexual e racial, ambas com percentagens de recordação extremamente elevadas.

Efeito de homogeneidade do grupo dos outros

Com o objectivo de verificar a manifestação do efeito de homogeneidade do grupo dos outros, e a sua relação com o etnocentrismo, efectuámos uma análise de variância (ANOVA) tendo como variável dependente a média de atributos subordinados recordados ($\text{índice Total} = (\text{nome} + \text{idade} + \text{profissão} + \text{residência})/4$) e como variáveis independentes o grupo étnico do protagonista (branco vs. negro) e a desejabilidade social do comportamento (favorável vs. desfavorável).

Tabela 3 - Médias de recordação dos atributos subordinados do protagonista (índice Total).

Protagonista	Comportamento do protagonista		
	Favorável	Desfavorável	Total
Branco	0.49 (20)	0.46 (18)	0.47 (38)
Negro	0.43 (22)	0.35 (18)	0.39 (40)
Total	0.46 (42)	0.40 (36)	0.43 (78)

Como se pode observar na Tabela 3, a média de recordação dos atributos subordinados do protagonista do grupo de pertença ($M=0.47$) é superior à média de recordação dos atributos subordinados do protagonista do grupo dos outros ($M=0.39$). Esta diferença é tendencialmente significativa ($F(1.74)=3.06$, $p<0.085$), apontando um efeito de homogeneidade do grupo dos outros (Hipótese 1).

No sentido de comparar os nossos resultados com os obtidos por Park e Rothbart (1982), realizámos uma análise de variância (ANOVA) tendo como variável dependente a média de recordação da profissão do protagonista e como variáveis independentes o grupo étnico do protagonista e a desejabilidade social do seu comportamento. Verificase, mais uma vez, que o efeito da variável grupo étnico do protagonista é tendencialmente significativo ($F(1.74)=3.576$, $p<0.063$), no sentido da manifestação do efeito de homogeneidade do grupo dos outros, isto é, a média de recordação da profissão de um membro do grupo de pertença ($M=0.71$) foi superior à média dos membros do grupo dos outros ($M=0.50$). O efeito da variável desejabilidade do comportamento não é estatisticamente significativo, nem o efeito de interacção entre esta variável e o grupo étnico do protagonista. As análises de variância efectuadas para cada um dos restantes atributos subordinados não produziram quaisquer efeitos significativos.

Relativamente à assimetria no efeito de homogeneidade do grupo dos outros (dominantes vs. dominados - Hipótese 2), não é possível com estes dados verificar esta hipótese uma vez que apenas dispomos de dados de participantes de um dos grupos étnicos: os brancos.

O efeito de homogeneidade do grupo dos outros e o etnocentrismo

Como se pode verificar na Tabela 3, a média de recordação dos atributos subordinados do protagonista quando o seu comportamento é favorável ($M=0.46$) é superior à média de recordação dos atributos subordinados quando o comportamento do protagonista é desfavorável ($M=0.40$). No entanto, esta diferença não é estatisticamente significativa ($F(1.74)=1.052$, $p<0.314$), isto é, a variável desejabilidade social do comportamento do protagonista não teve um efeito significativo.

Quanto à interacção entre o grupo de pertença do protagonista e a desejabilidade social do seu comportamento também não é estatisticamente significativa ($F(1.74)=.244$, $p<0.623$), o que aponta para uma independência entre o efeito de homogeneidade do grupo dos outros e o favoritismo pelo grupo de pertença, como previsto na Hipótese 3. No entanto, como o favoritismo pelo grupo de pertença não foi estatisticamente significativo e o efeito de homogeneidade do grupo dos outros foi-o apenas tendencialmente, não nos é possível tirar qualquer conclusão sobre a relação entre estes dois fenómenos.

Discussão

Os resultados deste estudo apontam para a elevada saliência das categorizações sexual e racial. As percentagens de recordação dos atributos categoriais da pessoa-alvo (protagonista da notícia) foram bastante elevadas: 100% para o sexo e 92,3% para a "raça". Já as percentagens de recordação dos atributos subordinados do protagonista (nome, idade, profissão e residência) são bastante mais baixas (variando entre os 23.1% e os 60.3%), sendo a profissão o atributo subordinado mais recordado, tal como em Park e Rothbart (1982).

Verificou-se um efeito de homogeneidade do grupo dos outros tendencialmente significativo, isto é, os participantes recordaram informação mais individualizada sobre o protagonista do grupo de pertença do que sobre o protagonista do grupo dos outros, apesar de terem sido confrontados exactamente com o mesmo tipo de informação. No entanto, este efeito foi menos intenso do que o encontrado em estudos anteriores, em que também utilizámos a categorização racial (Cabecinhas, 1996).

Quanto à relação entre o efeito de homogeneidade do grupo dos outros e o etnocentrismo ou favoritismo pelo grupo de pertença, os nossos dados apontam para uma independência entre os dois fenómenos. No entanto, não nos é possível tirar uma conclusão definitiva, uma vez que o favoritismo pelo grupo de pertença não foi estatisticamente significativo.

Uma possível explicação para a fraca manifestação do efeito de homogeneidade do grupo dos outros e a não manifestação do favoritismo pelo grupo de pertença pode ser o facto de se tratar de uma experiência que não salienta o contexto intergrupar, pois cada participante apenas recebe informação relativa a uma pessoa-alvo (do grupo de pertença ou do grupo dos outros, conforme as condições experimentais), o que poderá não activar de forma suficientemente forte a categorização envolvida e assim não se manifestar o etnocentrismo.

Apesar das limitações deste estudo, a principal o facto de não termos podido considerar a variável "grupo étnico do participante" devido à baixa participação dos estudantes negros nesta experiência, consideramos ter sido um exercício útil, na medida em que nos permitiu explorar alguns dos enviesamentos que ocorrem no processamento da informação social.

Os nossos resultados apontam para o facto dos membros do grupo dominante (brancos) efectuarem um tratamento diferencial da informação em função do grupo de pertença da pessoa-alvo: a informação individualizada é melhor recordada quando o protagonista é membro do grupo de pertença do que quando é membros do grupo dos outros (negro). Do protagonista branco é construída uma imagem diferenciada e individualizante, enquanto que do protagonista negro é apenas recordada a informação categorial, que o define enquanto membro de um grupo e que mantém a imagem deste grupo como homogéneo e indiferenciado.

Até que ponto os *media* contribuem para este enviesamento? É uma questão à qual não podemos responder com estes dados, mas à qual pretendemos dedicar futura pesquisa.

Bibliografia

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., e Sanford, R. N. (1950). *The Authoritarian Personality*, New York, Harper and Row.
- Brewer, M. B. (1979). The role of ethnocentrism in intergroup conflict. In: W. G. Austin e S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations*, Monterey, California, Brooks/Cole.
- Bruner, J. S. (1957). On perceptual readiness, *Psychological Review*, 64, 123-152.
- Cabecinhas, R. (1996). Enviesamentos na percepção dos grupos sociais: o papel da posição social e do contexto, *Análise Psicológica*, 1 (XIV), 73-86.
- Deschamps, J-C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In: H. Tajfel (Ed.) *Social Identity and Intergroup Relations*, Cambridge University Press.
- Dines, G. e Humez, J.M. (Ed.) (1995). *Gender, Race and Class in Media: A Text-Reader*, Sage.
- Gilbert, G. M. (1951). Stereotype persistence and change among college students, *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 46, 245-254.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attributional analysis of stereotyping. In: L. Berkowitz (Ed.) *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol. 12, New York, Academic Press.
- Hewstone, M., e Brown, R. J. (1988). Contact is not enough: An intergroup perspective on the "contact hypothesis". In: M. Hewstone e R. J. Brown (Eds.), *Contact and Conflict in Intergroup Encounters*, Oxford, Blackwell.
- Judd, C. M., e Park, B. (1988). Outgroup homogeneity: judgements of variability at the individual and group levels, *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 778-788.
- Katz, D. e Braly, K. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes, *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 30, 175-193.

- Katz, D., e Braly, K. W. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students, *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 49, 459-468.
- Krueger, J. (1992). On the overestimation of between-group differences. In: W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology*, Vol. 3, Chichester, John Wiley & Sons.
- Lippmann, W. (1922). *Public Opinion*, New York, MacMillan.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1998). Group status and perceptions of homogeneity. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (vol.9, pp. 31-75). Chichester: Wiley.
- Park, B., e Rothbart, M. (1982). Perception of out-group homogeneity and levels of social categorization: Memory for the subordinate attributes of in-group and out-group members, *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 1051-1068.
- Quattrone, G. A. (1986). On the perception of a group's variability. In: S. Worchel e W. Austin (Eds.), *The Psychology of Intergroup Relations* (2nd Ed.), Chicago, Nelson-Hall.
- Quattrone, G. A., e Jones, E. E. (1980). The perception of variability within ingroups and outgroups: Implications for the law of small numbers, *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 141-152.
- Simon, B. (1992). The perception of ingroup and outgroup homogeneity: Reintroducing the social context. In: W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology*, Vol. 3, Chichester, John Wiley & Sons.
- Snyder, M. (1981). On the self-perpetuating nature of social stereotypes. In: D. Hamilton (Ed.) *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior*, Hillsdale, New Jersey, Erlbaum.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In: S. Moscovici (Ed.) *Introduction à la Psychologie Sociale*, Vol. I, Larousse Université.

- Tajfel, H., e Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In: W. G. Austin e S. Worchel (Eds.) *The Social Psychology of Intergroup Relations*, Monterey, Brooks.
- Taylor, S. E., Fiske, S. T., Etoff, N. L. e Ruderman, A. J. (1978). Categorical bases of person memory and stereotyping, *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 778-793.
- Wilson, C.C. e Gutierrez, F. (1995). *Race, Multiculturalism, and the Media: From Mass to Class Communication*, Second Edition, Sage.